

A participação brasileira na construção da paz em Guiné-Bissau

Brazil's peacebuilding participation in Guinea-Bissau

Clélia Virgínia Santos Piragibe*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 27 a 34]

Os principais problemas enfrentados pela Guiné-Bissau, hoje, são a pobreza extrema, a persistente instabilidade política, a fraqueza e as fissuras nas Forças Armadas e, em anos recentes, a penetração de cartéis de drogas latino-americanos, também em outros estados na região, exacerbando as dificuldades nesses países, com a criação de novas áreas de criminalidade, novos perigos e tensões. A Guiné-Bissau é apenas um país pequeno, vítima desses cartéis e das máfias russas e da União Europeia. Outras cidades são os centros reais da lavagem de dinheiro, onde pode-se ver grande opulência, mansões, prédios luxuosos e carros de luxo, enquanto tudo que se vê nas ruas de Bissau são cabras e vacas. (JOSÉ RAMOS-HORTA, prêmio Nobel da Paz, ex-presidente do Timor Leste, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau)

Introdução

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África subsaariana, com território (36.126 km²) equivalente ao da Bélgica ou o de Taiwan. A economia do país depende fortemente da agricultura, e suas exportações concentram-se em 90 por cento na castanha do caju (MRE/DPR/DIC, 2013). A renda per capita guineense equivale a menos de dois dólares diários, classificando o país na linha de pobreza extrema definida pela ONU. Adicionalmente, a população de 1,7 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2014) tem vivido graves problemas estruturais e instabilidade política constante como ex-colônia portuguesa.

A literatura política e de relações internacionais tem-se valido de conceitos como “estados falidos”, “estados frágeis” ou mesmo “estados colapsados” para caracterizar países com problemas crônicos de governabilidade e instabilidade política, pobreza e falta de proteção a aspectos básicos de cidadania da sua população. Entretanto, como assinalou Noam Chomsky (2007), esses termos são “frustrantemente imprecisos” e de valor analítico limitado, podendo ser aplicados de acordo com as *intenções políticas de outros Estados*.

Neste artigo, iremos discutir as raízes da fragmentação político-social da Guiné-Bissau, a partir do processo mal-sucedido de integração com Cabo Verde, por ocasião da independência. A seguir, detalharemos as características da instável evolução política do país e o papel das instituições internacionais, com ênfase no processo de construção da paz pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como da orientação da política externa brasileira – em suas vertentes bilaterais políticas, econômicas e de segurança –, em contribuir com o esforço de estabilização e desenvolvimento desse jovem Estado africano.

* Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (cpiragibe@hotmail.com).

A Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado em 1956, e seu líder Amílcar Cabral tiveram protagonismo na luta dos povos africanos colonizados pelo regime português. Filho de pai cabo-verdiano, e nascido na Guiné, Cabral idealizou o projeto da independência e união das duas colônias, tendo por justificativa possíveis elementos de coesão históricos e consanguíneos: “*por natureza, por história, por geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só.*”¹

Cabral defendia que a *unidade* – ao reunir diferentes grupos étnicos, com línguas e culturas distintas – em torno da *identidade africana* seria fruto da luta de libertação. Essa luta e a descolonização em sentido amplo se dariam, também, por meio da educação do “povo africano da Guiné e Cabo Verde”. Cabral percebia que aquela união, do ponto de vista estratégico, representaria a criação de um Estado unitário forte dentro da África (FERNANDES, 2007, p. 20).

O líder africano conseguiu angariar apoio para a luta de libertação tanto de países socialistas, como a China, quanto ser recebido pelo Papa Paulo VI no Vaticano. Da mesma maneira, em 1972, discursou na Assembleia Geral da ONU, recebeu título de doutor *honoris causa* da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e também da Academia de Ciências da URSS, no mesmo ano, fato bastante incomum durante a Guerra Fria (PEREIRA e VITTORIA, 2012, p. 297).

Formalmente, o Brasil apoiava o princípio da *autodeterminação* definido no âmbito das Nações Unidas, mas de fato não assumia postura firme de condenação ao colonialismo. Isso se aplica, particularmente, ao vínculo com Portugal, em que “laços especiais” ligavam os dois países, refletindo-se no posicionamento brasileiro favorável ao país luso na Assembleia Geral da ONU. A política exterior brasileira até a era Médici (1969-74) apenas tangenciou o processo de descolonização das nações africanas (CERVO e BUENO, 2002, p. 421).

Embora a política externa independente [PEI], no período 1961-1964, promettesse atenção especial à África negra, na prática, as ações restringiram-se a acordos culturais, criação de embaixadas em novos países africanos (Gana, Nigéria, Quênia e Senegal) e estabelecimento de Consulado Honorário em Bissau, em 1961, subordinado ao Consulado Geral de Lisboa. No plenário da ONU, optou-se pela abstenção com respeito às questões angolana e argelina, mantendo-se os compromissos com Portugal.²

Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa na África a se autoproclamar independente em 1973. Amílcar Cabral, contudo, tornar-se-ia vítima das contradições internas a seu projeto e de seu desafio às potências dominantes, sendo assassinado na Guiné-Conacri, em janeiro de 1973, por dois membros de seu próprio partido.³ Após a morte de Cabral, a luta armada intensificou-se e a independência foi proclamada unilateralmente em setembro daquele ano. Seu meio-irmão, Luis Cabral, seria nomeado o primeiro presidente do país.

Quando da eclosão da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, o PAIGC já fora reconhecido pela ONU como legítimo representante da Guiné Bissau e Cabo Verde. Em 18 de julho de 1974, o governo Geisel seria o primeiro a reconhecer a República da Guiné-Bissau como país independente, estabelecendo, a seguir, embaixada brasileira em Bissau, com funções cumulativas com Cabo Verde.⁴ (RIZZI, 2012).

Em setembro de 1974, pelo Acordo de Argel, o estado luso aplicava, pela primeira vez, o direito à *autodeterminação*, e o reconhecimento *de jure* da República de Guiné-Bissau. Em 5 de julho de 1975, era

1 CABRAL, Amílcar, PAIGC- Unidade e Luta, p. 92. Apud FERNANDES (2007, p. 23).

2 RODRIGUES(1964, pp. 313-346). Apud CERVO E BUENO (2002).

3 As explicações para a fatalidade foram várias: “tensões no seio do PAIGC entre guineenses e mestiços cabo-verdianos, dissidentes instigados pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado [PIDE] português, ou a serviço de Sekou Touré, presidente da Guiné-Conacri(...)”. FERNANDES, *op. cit.*, p. 35.

4 Naquele momento, 16 embaixadas africanas já funcionavam no Brasil, enquanto 6 embaixadas brasileiras na África acumulavam diversas representações por região. CERVO E BUENO, *op. cit.*

proclamada a independência de Cabo Verde, sob a égide do PAIGC, como partido binacional, dirigente do Estado e da Sociedade em Cabo Verde e na Guiné-Bissau (FERNANDES, 2007, p. 20).

Alcançada a independência binacional, os indicadores econômicos e sociais eram extremamente precários, e os dois Estados dependiam fortemente de importações e da ajuda externa.⁵ Em 1978, estabeleceu-se o *Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica*, que regeu as relações bilaterais até a década de 2000, além da Comissão Mista entre Brasil e Guiné-Bissau.⁶ Em 1980, Luís Cabral foi o primeiro presidente guineense a visitar o Brasil.

Nesse ínterim, a busca de integração entre Bissau e Cabo Verde caminhava a passos lentos. Reflexo ou não da crise ideológica, em novembro de 1980, uma ação militar interna ao próprio partido (intitulada de Movimento Reajustador), liderada por João Bernardo (“Nino”) Vieira, destituiu o governo constitucional de Luís Cabral em Bissau. De acordo com Fernandes (2007, p. 94):

Criou-se um Conselho da Revolução que, se não punha em risco o pensamento de Cabral, ou os fundamentos do partido,(...) discursos como “correr com os colonos” “devolver a identidade nacional aos guineenses”, “segunda libertação nacional” chocaram profundamente os camaradas cabo-verdianos.

O ideal comum da luta contra o colonialismo português, difundido pelo discurso de Cabral parece ter mitigado, por curto período, as mazelas do chamado *colonialismo cabo-verdiano*, que se impregnara no inconsciente do povo bissau-guineense. Nos anos 50, mais de três quartos da administração colonial portuguesa na Guiné eram desempenhadas por cabo-verdianos. Para o “gentio”, como era chamada a população rural do país, o símbolo da exploração colonial estava a eles associado na cobrança de impostos, no trabalho forçado gratuito nos “projetos públicos” ou em castigos por pequenas infrações do código indígena.⁷

A crise política entre os dois países deflagrou a realização do encontro dos presidentes das ex-colônias portuguesas na África⁸ (Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Nessa cúpula, concluiu-se que o golpe de estado – ao colocar em causa a sobrevivência do PAIGC enquanto partido supranacional, e marginalizar o projeto de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde – atentou contra o prestígio das lutas de libertação. De outra parte, reafirmou-se a não ingerência nos assuntos internos da República da Guiné-Bissau.

Nesse cenário, Cabo Verde criou o *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV) e, por revisão constitucional, eliminou os vínculos com a Guiné-Bissau, pondo fim ao projeto de unidade. A sigla do PAIGC restou como relíquia para Guiné-Bissau, que realizou, em 1981, a eleição de Nino Vieira para o cargo de Secretário-geral, e reestruturou o PAIGC em moldes nacionais.⁹

Da Instabilidade Política à Guerra Civil em Guiné-Bissau

O autoritarismo do governo de Nino pautava-se por acusações de extermínio de oponentes políticos e dissidentes, contudo, medidas de fomento à produção agrícola e à diversificação da economia bissau-guineense e reformas no âmbito da saúde também foram adotadas, de maneira a implementar o “socialismo africano” (RIZZI, 2012, p. 132). Essas medidas, porém, implicavam na dependência da ajuda externa para gerir déficits financeiros crescentes.

5 Uma primeira missão técnica brasileira foi enviada à Guiné-Bissau, em 1976, sob a liderança do embaixador Ítalo Zappa, e identificou demandas urgentes em educação, agricultura, pecuária, além da necessidade de laboratório de patologia animal e de extensão rural (RIZZI, 2012, p. 123).

6 Ibid., p. 124-125.

7 Ibid., p. 107.

8 Ibid., p. 110.

9 Ibid. p. 112.

Em 1981, iniciava-se a cooperação militar Brasil-Guiné-Bissau, atendendo ao pedido de ajuda à formação de pessoal em estabelecimentos militares brasileiros e de apoio à reorganização e ao reaparelhamento das Forças Armadas guineenses. Em 1983, o presidente Figueiredo tornou-se o primeiro presidente sul-americano a visitar o país, e Bernardo Vieira retribuía o gesto. Os dois presidentes confirmariam a doutrina do Atlântico como área pacífica de intercâmbio e cooperação, antecipando a proposta brasileira de resolução junto à ONU, em 1986, declarando “o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação”¹⁰.

Em virtude das pressões econômicas exercidas pelos parceiros internacionais e dos apelos a reformas políticas, na onda de democratização pós-Guerra Fria, em 1991, o presidente Nino Vieira (que se manteve no poder por duas décadas) anunciou o início da democratização da Guiné-Bissau. De acordo com a análise de Sangreman et alli (2006, p. 15):

Desses novos partidos, apenas dois (...), não eram resultado de cisões ou dissidências do PAIGC ou criados por antigos militantes ou dirigentes.(...) É um facto que a constituição de varias formações políticas na Guiné-Bissau, desde 1991, foi também caracterizada por conflitos de interesses e várias dissidências, reforçando o argumento da lógica do conflito na história recente desse país.¹¹

Em 1996, ocorria o lançamento da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), reforçando as relações do Brasil com o mundo lusófono, em particular, com os países africanos de língua portuguesa. De outra parte, a reaproximação com o governo do Senegal permitiu à Guiné-Bissau a exploração conjunta de recursos energéticos comuns e sua inclusão à *União Econômica e Monetária da África Ocidental* (UEMAO) – como único estado-membro não pertencente à francofonia.

O biênio 1998/99 foi de profunda crise política e conseqüente guerra civil, que levou ao fim o governo de Nino Vieira.¹² O confronto armado em Bissau produziu centenas de mortes, um elevado número de deslocados internos e refugiados em países vizinhos, além de ter virtualmente destruído a precária infraestrutura e paralisado a economia nacional.

Uma força de manutenção da paz sob a liderança do Grupo de Monitoramento da Comunidade dos Países do Oeste Africano (ECOMOG)¹³ teve importância estabilizadora por curto período. Em março de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovaria a criação da *Missão de Apoio à Consolidação da Paz (peacebuilding) em Guiné-Bissau* (UNOGBIS), para “ajudar na criação de ambiente favorável à restauração da paz, além de facilitar a implementação do Acordo de Abuja”.

Instabilidade e Crise da Guiné-Bissau no Início do século XXI

Desde 1998, a Guiné-Bissau elegeu três Presidentes e teve dez Primeiros-Ministros, mas, nenhum dos dirigentes concluiu seu mandato: um foi assassinado, em 2009, e os demais foram depostos pelos militares (UNIOGBIS, 2014). Na origem da instabilidade, destacam-se um sistema político caracterizado pela autoridade quase absoluta do poder executivo, um setor de segurança cada vez mais imiscuído na vida política, e o ambiente

10 Este ato confirmava a política externa do Brasil para a África, com o intuito de conter a África do Sul em criar uma área de segurança regional à semelhança da OTAN (SARAIVA, 2012, p. 46).

11 Apud RIZZI, Camila, *op. cit.*, p. 183-185. Nas eleições legislativas, o PAIGC obteve dois terços das cadeiras, seguido do Movimento Bafatá. No ano seguinte, Nino Vieira seria eleito em segundo turno, com estreita margem sobre o candidato balanta. Manuel da Costa.

12 As causas mais imediatas do conflito armado de 1998 derivaram da deterioração das relações entre Nino Vieira e o seu chefe das forças armadas, General Ansumane Mane. Existiam acusações mútuas de envolvimento com o movimento separatista de Casamansa, no Senegal, e de responsabilidades pelo tráfico ilegal de armas para aquele país.

13 A ECOMOG era um arranjo formal multilateral, pelo qual exércitos de países da África Ocidental, reunidos na CEDEAO, operavam juntos, sob a liderança da Nigéria. A ECOMOG foi sucedida pela missão UNMIL da ONU. RUDEBECK, 2001, p. 12, apud CAVALCANTE, 2013.

de corrupção entre as elites locais. O surgimento da discriminação étnica, em especial nas forças militares, contribuiu, igualmente, para o agravamento das sucessivas crises na Guiné-Bissau.¹⁴

Esforços diplomáticos para a consolidação da paz foram intensificados com a criação de Grupo Consultivo *Ad-Hoc* para a Guiné-Bissau (África do Sul, Brasil, Países Baixos e Portugal, além do próprio país), em 2002, no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. Esse grupo, com estrutura e funcionamento semelhantes ao de outro estabelecido anteriormente para o Haiti, priorizava aspectos do desenvolvimento, na tentativa de aproximá-los das dimensões da paz, segurança e estabilidade, segundo modelo de *peacebuilding* da Organização (CAVALCANTE, 2013, p. 25).

Em 2005, o presidente Lula visitaria a Guiné-Bissau, reiterando o apoio ao país junto aos organismos internacionais e à comunidade de doadores. O Brasil envolveu-se também na reforma do setor de segurança na Guiné-Bissau, em cooperação que se iniciara pela transferência de recursos via Fundo da CPLP.¹⁵ Em 2007, ao retribuir a visita, o presidente Vieira enfatizou os esforços brasileiros na “reparação da imagem externa de Guiné-Bissau”. A dívida do país junto ao Brasil seria perdoada em 2008 (RIZZI, 2012, p. 236).

A recorrente instabilidade política e as denúncias de intensificação do comércio de drogas na Guiné-Bissau levaram à inclusão do país na recém criada Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas, em 2007. A chamada *Configuração Específica para Guiné-Bissau* converter-se-ia no *locus* intergovernamental para questões relacionadas tanto à consolidação da paz no país, sob a liderança brasileira, quanto ao desenvolvimento.

Nesse meio tempo, ocorreria o assassinato do presidente da Guiné-Bissau, “Nino” Vieira – em seu terceiro mandato – e o do chefe das Forças Armadas, General Tagme Na Waié, por grupo de soldados. O UNOGBIS foi convertido em Escritório Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) ainda em 2009 – uma tentativa de aperfeiçoar a coordenação entre agências, fundos e programas das Nações Unidas no país.¹⁶

Malam Bacai Sanhá, herói da guerra de libertação e membro destacado do PAIGC, seria eleito presidente, em julho de 2009, num cenário de relativa normalidade.¹⁷ O curto mandato de Sanhá (ele faleceria, por motivos naturais, ao início de 2012) caracterizou-se como o período mais estável vivido pela Guiné-Bissau, desde a instituição do multipartidarismo, no início da década de 1990 (REGAN e THOMPSON, 2013).

Na LXV Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Chanceler Celso Amorim esclarecia o papel do Brasil no processo de estabilização da Guiné-Bissau:

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné-Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade, e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo, no que tange às Forças Armadas (AMORIM, 2010, p. 144)¹⁸.

14 As Forças Armadas são dominadas em 80 por cento por oficiais de etnia Balanta, que embora seja o maior grupo étnico do país (cerca de 30% da população), socialmente caracteriza-se por níveis educacionais mais baixos que os demais, o que torna as promoções e recrutamentos um motivo de frequentes tensões e disputas. O exército e os Balantas, por sua vez, têm relacionamento conflituoso com o partido majoritário, o PAIGC. REGAN e THOMPSON, 2013.

15 A Polícia Federal brasileira apoiou a construção de Centro de Treinamento para Policiais, e oficiais brasileiros – incluindo alguns com experiência no Timor Leste – serviram junto à UNOGBIS. Nas eleições de 2004, missão liderada pelo TRE-MG, prestou auxílio direto ao pleito, inclusive ajudando a elaborar um sistema nacional de registro de nascimento. ABDNUR E SOUZA NETO, 2013, p. 8.

16 O UNIOGBIS é ponto focal das ações da ONU no país, além de apoiar o governo em várias áreas, como a de segurança, e fortalecer as instituições do Estado de Direito. CAVALCANTE, 2013, p. 27.

17 Contudo, diante da insurreição militar ocorrida em abril de 2010, a União Européia, que havia lançado a reforma do setor de segurança, encerrou a iniciativa em protesto, ficando a ECOMOG e a CPLP na missão de somar forças para apoiar a iniciativa.

18 Em 2010, o Brasil gastou cerca de US\$6,3 milhões em projetos de cooperação com a Guiné-Bissau, só inferiores aos recursos alocados a Cabo Verde naquele ano. RIZZI, 2012, p. 267.

Ao final da década, alguns analistas passaram a referir-se à Guiné-Bissau como “narco-Estado”. Admitindo os desafios interpostos pelo comércio de drogas, a diplomacia brasileira opôs-se à proposta do CSNU de impor sanções sobre indivíduos suspeitos de tal envolvimento, argumentando que essa abordagem não favoreceria a resolução dos problemas estruturais da Guiné-Bissau. Adicionalmente, um precedente perigoso seria criado – *impor sanções a países, sob alegação de tráfico de drogas*, tema que, até então, não estava listado como ameaça à paz e à segurança internacionais. Com apoio da África do Sul, Rússia e Indonésia, o Brasil conseguiu retirar o tópico da declaração presidencial do CSNU (UZIEL, 2010).

Apesar dos esforços continuados do UNIOGBIS e da CCP, em abril de 2012, membros das Forças Armadas guineenses tomaram o poder.¹⁹ Como resposta ao golpe, a comunidade internacional suspendeu o apoio à República da Guiné-Bissau, países que tinham projetos de cooperação com o país congelaram as relações bilaterais e a ONU apontou Ramos-Horta como chefe do UNIOGBIS. Horta, que fora presidente do Timor Leste, tinha ampla experiência com a cooperação brasileira em seu próprio país. Coube à missão da ONU (CCP) reforçar a cooperação e a coordenação entre atores nacionais e regionais, como a CPLP, a CEDEAO e a União Africana (UA), voltadas à paz e ao desenvolvimento bissau-guineense.

Conclusões

Nas últimas décadas, instabilidade política, crises de governança, corrupção, denúncias de tráfico de drogas e pauperismo classificaram a Guiné-Bissau como um dos estados mais frágeis da África. O índice de desenvolvimento humano (IDH) da ex-colônia portuguesa é 0,364, colocando-a em 176º lugar internacionalmente. A expectativa de vida é inferior a 50 anos, a mortalidade infantil permanece 40 por cento superior à média africana subsaariana; mais de dois terços da população vive abaixo da linha de pobreza; 38 por cento das crianças entre os 5 e os 14 anos trabalham (EBC Agência Brasil, 2014). A incapacidade do Estado em prover serviços básicos à população agravou-se sobremaneira depois do golpe de 2012.

No levantamento anual realizado pela organização não-governamental norte-americana *Fund for Peace*, divulgado pela revista *Foreign Policy* (2014), a Guiné-Bissau classificou-se em décima sexta posição (entre Síria e Nigéria) de acordo com índice que agrupa os “Estados Frágeis”, consoante com o grau de ameaça que representam quanto à proteção de suas populações. Observe-se que o índice tradicional “Estados Falidos” foi substituído pela ONG, uma vez que a classificação em termos de *fragilidade* destaca mais propriamente o aspecto *humanitário* do sofrimento nesses estados.²⁰

Ao início de 2014, o Brasil foi eleito, por aclamação, para a presidência da CCP da ONU, onde também dirige os trabalhos da Comissão relativos à Guiné-Bissau, dando ênfase à “apropriação nacional e da capacitação de quadros locais para o êxito das políticas de ajuda a países egressos de conflito” (MRE, 29/01/2014). O presidente da CCP, o ex-chanceler embaixador Antonio Patriota, reuniu-se com as organizações da sociedade civil bissau-guineense – fato inédito para o responsável daquela comissão – de maneira a escutar suas preocupações e propostas para a saída da crise.

Nessa oportunidade, as expectativas quanto a influência do Brasil para ajudar Guiné-Bissau a reencontrar a paz foram externados. Em primeiro lugar, a reforma do setor de defesa e segurança, um dos principais responsáveis

19 Após diálogo promovido pela CEDEAO – entre o exército, os partidos políticos e outras partes foi criado um governo de transição em maio de 2012, quando nomeou-se um presidente interino e os militares voltaram ao quartel. Essa proposta foi criticada pelo PAIGC, considerando-a uma legitimação do golpe. REGAN e THOMPSON, 2013.

20 “Alçar ao topo da lista, ou seja, um país tornar-se mais fragilizado ou violento, pode ser rápido, mas o oposto, uma melhora em termos de estabilidade, levando a classificação do país para o fim da lista, é processo lento, podendo levar uma geração.” Depoimento de Krista Hendry, diretor executivo do *The Fund for Peace*, à Revista *Foreign Policy*, 2014.

pela instabilidade vigente, seria prioritária. Em relação ao entorno geoestratégico, o bom relacionamento do Brasil com países de entidades como CEDEAO e CPLP, e mesmo a ONU, poderia influenciar o consenso de soluções duradouras à crise bissalense. Por fim, intermediar a retomada da cooperação como os principais parceiros do desenvolvimento, como UE, FMI e Banco Mundial, na opinião das ONGs locais, revestia-se de grande importância (CONNECTAS, 24/03/2014).

Com a pressão e o apoio da comunidade internacional, novas eleições presidenciais e legislativas foram realizadas, em maio de 2014, na Guiné-Bissau.²¹ A União Europeia, a União Africana, a CPLP e a CEDEAO, além de diversos países, prestaram apoio direto a todo processo.²² Contudo, requer-se que os políticos restaurem a autoridade do Estado, e partilhem o poder político entre diversos blocos, permitindo o início da reconciliação nacional capaz de restaurar a auto-estima dos guineenses.

A Guiné-Bissau apresenta potencial de recursos para diversificar a economia, fortalecer as instituições, avançar a coesão social e melhorar os indicadores sociais. O envolvimento das Nações Unidas e da comunidade internacional, com destaque à participação brasileira, ao longo da última década, tem sido condição necessária para a Guiné-Bissau atingir a *paz sustentável* almejada por aqueles atores.

Referências Bibliográficas

- ABDNUR, Adriana e SOUZA NETO, Danilo (2014). *Rising Powers and The Security-Development Nexus: Brazil's Engagement with Guinea-Bissau*. Journal of Peacebuilding & Development. Vol. 9 (2). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080>. Acesso em 20/05/2014.
- AMORIM, Celso Luis Nunes (23/09/2010). Discurso na 65ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <http://www.brasil-cs-onu.com/celso-amorim-ministro-das-relacoes-exteriores-do-brasil-na-65%C2%AA-sessao-da-assembleia-geral-da-onu/>. Acesso em: 30 /07/2014.
- BIJOS, Leila e OLIVEIRA, Jackeline (2011). *Estados Falidos*. Revista CEJ. Brasília, Ano XV, n. 54, pp. 61-72, jul/set.
- CAVALCANTE, Fernando (2013). Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas: a consolidação da paz na Guiné-Bissau. Revista Crítica de Ciências Sociais; n° 102, pp. 21- 37. Disponível em: <http://www.connection.ebscohost.com/c/articles/95570724/>. Acesso em: 05/10/2014.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo (2002). História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora UnB, 525p.
- CHOMSKY, Noam (2007) *Failed States, the Abuse of Power and the Assault on Democracy*. New York: Penguin Books, 311p.
- EBC, Agência Brasil (2014). Brasil colabora com processo eleitoral na Guiné-Bissau. Disponível em: [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-04/brasil-participa-de-eleicoes-na-guine-bissau>]. Acesso em: 05/05/2014.
- FERNANDES, Antero (2007). *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. Lisboa (tese de mestrado).
- FOREIGN POLICY (2014). FRAGILE STATES INDEX. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/fragile-states-2014#interview>. Acesso em: 06/07/2014.
- MRE/DPR/DIC. Divisão de Inteligência Comercial (2013). GUINÉ-BISSAU.
- GARCIA, Eugênio Vargas (org.). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

21 Segundo o sistema político semi-presidencialista vigente no país, dois representantes do PAIGC foram escolhidos: o presidente José Mário Vaz e o Primeiro-Ministro (Domingos Simões Pereira).

22 A África do Sul custeou materiais de consumo para as eleições, como combustíveis para transporte de urnas e confecção das células, enquanto o Brasil treinou militares responsáveis pela segurança do pleito e missão de técnicos do TRE foi designada para prestar apoio na organização das eleições.

- PANDIÁ CALÓGERAS. *Cooperação, Defesa e Desenvolvimento no Atlântico Sul: O Caso de Guiné-Bissau*. Brasília, Workshop, 28/03/2014.
- PEREIRA, Amílcar e PAOLO, Vittoria (2012). A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, pp. 291-311.
- O'REGAN, Davin e THOMPSON, Peter (2013). *Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*. Washington: Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos de África. Disponível em: [http://africacenter.org/wp-content/uploads/2013/11/ASR2_POR.pdf]. Acesso em: 06/07/2014.
- RIZZI, Kamilla (2012). *O Grande Brasil e os Pequenos Palop: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*. Porto Alegre: IFCH/ URGs (tese doutorado).
- RUDEBECK, Lars. "Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil." The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001. Disponível em: [<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:275699/FULLTEXT01.pdf>]. Acesso em: 06/07/2014.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- WORLD BANK (2014). Guiné-Bissau Aspectos gerais. Disponível em: [<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>]. Acesso em 25/08/2014.
- UZZIEL, Eduardo (2010). *O Conselho de Segurança, as Operações de Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 242 p.

Sumário

A instabilidade política e jurídica, e a pobreza extrema caracterizam Guiné-Bissau como um dos Estados mais frágeis da África. Neste artigo, discutimos o papel da Configuração da Promoção da Paz das Nações Unidas, onde o Brasil exerce ativa participação, na promoção da estabilidade e do desenvolvimento desse jovem país.

Abstract

The instability of political and legal systems as well as extreme poverty characterize Guinea-Bissau as one of the most fragile African States nowadays. In this paper it is discussed the role of the UN peacebuilding configuration, with an active participation of Brazil, towards stability and development of this young African country.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; construção da paz; Estados frágeis

Keywords: Guinea-Bissau; peacebuilding; Fragile States

*Recebido em 17/11/2014
Aprovado em 18/12/2014*